

brasileira, que tanto nos envergonha no contexto internacional, representa ao mesmo tempo uma grande oportunidade de erradicar a miséria nas suas diversas manifestações.

R.C – Em que sentido? Por que há uma margem muito grande para a transferência de riqueza?

M.N – Exatamente. O Brasil não é um país pobre, é um país desigual com muitos pobres. O combate à desigualdade é um caminho para combater a pobreza tão ou mais importante no Brasil quanto o crescimento. O índice de desigualdade na Índia (0,29) é a metade do Brasil (0,6). Lá, a solução é crescer, crescer ou crescer. Aqui, é distribuir e crescer. Têm várias figuras importantes, competentes, na mobilização da sociedade como o próprio Lula, o Duda Mendonça e o Frei Betto. Esse é o lado que eu sou entusiasta do Fome Zero. Agora, o lado que eu sou crítico é o fato de ser uma política de segurança alimentar muito estrito senso. Há, por exemplo, a figura dos fiscais que vão à própria comunidade fiscalizar se as pessoas estão cumprindo. Ninguém melhor do que as pessoas para saber do quê elas têm fome, se é de comida, de remédio ou de material escolar. Quais são essas necessidades? Eu sou contra essa idéia do planejador central que sabe tudo de todo mundo. O governo não é o Big Brother. Por trás disso há também uma estratégia de geração de renda que pretende garantir que as pessoas não só consumam esse tipo de alimento, como os produzam localmente, preferencialmente. Só que se você tentar assobiar e chupar cana ao mesmo tempo, não faz bem nem uma coisa nem outra. O beneficiário desse programa deve ser o pobre e não o produtor rural. Este pode ser beneficiado por uma política desenhada no Ministério da Agricultura e não através de uma política assistencial.

R.C – Você acha que o programa deve ser muito claro, resolver o problema imediato da fome?

M.N – A melhor maneira, na minha opinião, é dar o dinheiro para as pessoas. Fazer leilão de alimentos para favorecer a produção local é um caminho muito longo, muito custoso. Eu acho que essa mobilização toda está sendo mal alocada, embora o próprio governo tenha feito um mea culpa com o lançamento do Bolsa Família. Este programa tem uma estrutura bastante interessante, inclusive recuperando alguns elementos da nova geração de políticas sociais que haviam sido perdidos nesse primeiro ano, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. O Bolsa Família é, na minha opinião, um melhoramento desses programas.

R.C – Por que ele responde a esse amplo leque de necessidades de forma integrada, sem engessamento?

M.N – Ele não engessa, procura fazer um cadastro integrado, não embute a idéia de avaliar o programa já no seu desenho inicial e escuta mais a sociedade. Na minha visão, a vantagem comparativa do Fome Zero é a mobilização da sociedade, que não deve ser perdida. É uma política da sociedade civil. O Bolsa Família é onde o Estado deve ocupar um espaço na política compensatória. O que eu acho que está faltando é essa vertente metropolitana, que estamos engatinhando.

R.C – Mas o Fome Zero não é uma incorporação institucional, por parte do Estado, de uma política que já existia em âmbito das ONGs?

M.N – Eu acho. Eu acho que tem um pouco desse efeito. O próprio Ação da Cidadania está completando dez anos e, de certa forma, o governo está deslocando da sociedade aquilo que ela já faz bem.

“O combate à desigualdade é um caminho para combater a pobreza tão ou mais importante no Brasil quanto o crescimento.”

R.C – Qual seria aí o grande salto? A vantagem é o Estado assumir uma bandeira que já existia na sociedade?

M.N – É escala. Apesar da Ação da Cidadania ser um grande movimento, ela tem peso no estado do Rio, com 800 comitês. Agora, você precisa levar isso para o resto do país. Mas eu acho que o governo poderia ser mais respeitoso, mais cuidadoso em relação a outras iniciativas que já existem. Quer dizer, o Fome Zero reinventou uma roda que já estava rodando na direção certa.

R.C – Embora o discurso sobre a indústria da fome possa parecer obsoleto, o problema ainda persiste. Existe muita gente lucrando com a fome. Como evitar a utilização política desse tipo de



programa lá na ponta, para que não se torne mais um instrumento de poder, de controle da sociedade?

M.N – Acho que, em primeiro lugar, você precisa ter um cadastro social único, universal. Um censo operacional dos pobres, com nome, endereço e com o envolvimento dos três níveis de governo e da sociedade, para dar uma certa equidistância e não ser mais um curral eleitoral. A transferência de dinheiro, se for feita de maneira correta através de cartão magnético, pode eliminar o atravessador político. Na própria internet você pode dar transparência não só aos programas, mas aos próprios beneficiários.

R.C – Mas quando tratamos de programas como esse, estamos tratando de pessoas que muitas vezes não são sequer alfabetizadas. Como viabilizar isso na prática diante do índice de exclusão digital impressionante que nós temos?

M.N – Os cartões já estão chegando às pessoas desde os últimos dois anos. Acho que o desafio é incluir as pessoas, dar mais autonomia a elas. Obviamente há problemas, mas a tecnologia está conspirando a favor. Boa parte dos brasileiros não vota em urna eletrônica? Um caso raro no mundo, principalmente num país com a dimensão do Brasil. É importante ter a consciência de que o pobre, acima de tudo, precisa de políticas sofisticadas, modernas. Há a dificuldade de lidar com a tecnologia, mas pobre no Brasil aprendeu a lidar até com uma inflação de 40% ao mês, aprendeu a fazer conta com essa inflação. Eu sou um otimista, inclusive o que eu venho defendendo já há algum tempo é que esses próprios cartões dos pobres se tornem embriões de políticas de micro crédito. Eu vejo com muito bons olhos a possibilidade de novas tecnologias serem introduzidas no Brasil velho, no Brasil antigo. Agora, eu acho que a classe política acaba sendo bastante cínica em relação à miséria, por uma razão básica, comum às democracias, que é o fato de que grande parte da miséria está nas pessoas abaixo da idade de voto. 45% dos miseráveis no Brasil têm 16 anos ou menos de idade. Como é um público que não tem representatividade no mercado eleitoral, a classe política se preocupa mais com os idosos, com as pessoas em idade ativa e menos com as crianças. Por isso eu acho muito importante que a sociedade civil assuma o papel de cuidar das crianças.

R.C – Deixando um pouco de lado a questão compensatória, como você avalia as políticas estruturais, aquelas que realmente podem trazer mudança no perfil de desigualdade? Por exemplo, por que é tão difícil fazer reforma agrária no Brasil? Qual é o nó dessa questão?

M.N – Ações compensatórias são indicadas no Brasil dado o nível de desigualdade. Uma ação compensatória inteligente, como o Bolsa Escola, dá o peixe ao mesmo tempo em que garante as boas pescarias no futuro. Tem o lado compensatório, mas tem também o estrutural, quando subsidia o estudo. Há vários episódios no Brasil, como no tempo do Cruzado, em que as desigualdades de renda caíram rapidamente devido a acumulação de capital. Porém, pouco tempo depois subiu vertiginosamente ao mesmo patamar porque mexeu nos fluxos de dinheiro (aumentando o salário mínimo, criando abono salarial), mas não mexeu nos estoques de riqueza. A Reforma agrária é fundamental para que esse processo de distribuição de renda ocorra de maneira sustentável, duradoura, justamente por mexer na distribuição da riqueza. Uma coisa muito importante, dentro do enfoque de políticas urbanas, é a regularização fundiária, por oferecer aos pobres um ganho de capital. Reconhecer o título de propriedade de quem mora no barraco é uma política estrutural, embora necessite de cuidados para não estimular a invasão de terras.

R.C – Quais seriam outras políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável?

M.N - Outro grande desafio em termos de políticas estruturais é o setor informal. Embora o Brasil nunca tenha tido políticas integradas voltadas para esse setor, 58% dos miseráveis moram em famílias chefiadas por trabalhadores informais. Pessoas que trabalham uma jornada inteira e não ganham o suficiente para sustentar sua família. Este é o grande bolsão de miséria em termos de posição na

ocupação e desocupação, muito mais que o desemprego. O Brasil tem uma tradição de fazer política favorecendo o grande produtor. O BNDES, por exemplo, oferece crédito subsidiado para a grande indústria, enquanto nunca houve uma ação integrada para o produtor pobre, informal, aquele que não tem acesso a mercados de crédito.

R.C – Você afirmou, em outra entrevista, que o Brasil não gasta pouco na área social, mas gasta mal. Em que sentido?

M.N - O Brasil gasta 21% do PIB na área social, nos três níveis de governo. Este índice é comparável ao Uruguai e a Costa Rica, países que gastam mais na área social na América Latina. Só que essa transferência de renda, em boa parte, vai para os não pobres. A previdência social, por exemplo, consome cerca de metade dos gastos sociais dos três níveis de governo, sendo que 50% desses benefícios da previdência vão para os 10% mais ricos. Ou seja, 25% dos gastos sociais brasileiros vão para os 10% mais altos benefícios previdenciários. É um gasto que está mal focado e não tem efeito de longo prazo.

R.C – Como você se posiciona em relação às duas linhas predominantes de interpretação do primeiro ano de governo Lula? Você se sente decepcionado, por entender que não está havendo um diferencial, ou acha que o presidente assumiu uma posição estratégica para garantir a estabilidade, à princípio, e depois dar um salto?

M.N - Eu acho que o governo Lula, já de cara, trouxe uma grande surpresa que foi justamente o fato de não haver surpresas na área econômica. Essa foi uma estratégia inteligente porque bater de frente com os mercados é custoso. Temos o exemplo da Argentina. Os mercados testam o governo Lula, por ser de esquerda. Mais do que os outros governos, ele teve que ir lá e assumir as taxas de juros para construir credibilidade. Num primeiro momento, ele quis demonstrar que não vai

“O Brasil gasta 21% do PIB na área social, nos três níveis de governo. Só que essa transferência de renda, em boa parte, vai para os não pobres.”

tornar o Brasil diferente dos países desenvolvidos. A linha geral é pouco simpática, pouco popular, mas pode dar uma alavancagem melhor a prazo mais longo. Eu sou um otimista condicionado. Acho que se o Brasil não tiver crises externas e as reformas passarem, irá voltar a crescer. O problema está na taxa de investimento do país, que é baixa. Agora, o que me preocupa é que o diabo mora nos detalhes. É o momento de ter uma atitude mais

incisiva de geração de emprego, de desenvolvimento. Eu quero ver qual é a agenda para essa nova fase.

R.C – Ainda dentro dessa lógica da relação internacional, você acha que temos como desenvolver uma política com mais autonomia?

M.N – Tem alguns sinais externos de que a situação vai melhorar. O Japão e a Europa estão dando sinal de retomada de crescimento. O que mudou de um ano para cá, desde a vitória do Lula? A situação macro econômica melhorou, os indicadores apontam para isso, e na área social há novos componentes como o Fome Zero e o Bolsa Família. Sou favorável a dar um choque de capitalismo nas pessoas que têm condição de sair da linha da pobreza. Você não tem que proteger essas pessoas do mercado, tem que trazer para elas educação, crédito, acesso à terra, uma série de coisas que vai permiti-las crescer de maneira sustentável. Você tem que habilitar as pessoas a viver no mundo.

R.C – Você também tem desenvolvido pesquisas no campo da saúde. Como avalia o Sistema Único de Saúde no Brasil, com a municipalização dos serviços e etc?

M.N – O SUS talvez seja um dos principais avanços da Constituição de 88. O Brasil tem programas de referência internacional na área, como o de combate à Aids e os genéricos. Acho que educação e saúde têm avançado razoavelmente nos últimos anos. ■